



História Unisinos
ISSN: 2236-1782
efleck@unisinos.br
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

da Silva Soares, Fagno; de Lima Martins, Ismênia
Entre esquadros e poliedros: A oficina historiográfica de Ismênia
de Lima Martins, uma historiadora a frente de seu tempo[1]
História Unisinos, vol. 21, núm. 3, 2017, Setembro-, pp. 467-478
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579862153028>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Entrevista

Entre esquadros e poliedros: a oficina historiográfica de Ismênia de Lima Martins, uma historiadora a frente de seu tempo¹

Between squares and polyhedrons: The historiographical workshop of Ismênia de Lima Martins, a historian ahead of her time

Fagno da Silva Soares²

fagno@ifma.edu.br

Ismênia de Lima Martins³ é professora emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF). Seus estudos versam sobre temáticas ligadas a imigração e gênero e história local, com ênfase na história fluminense do Segundo Reinado e dos primeiros anos da República. Tem pós-doutorado em História pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1988-1990), é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1973) e graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (1967). É fundadora do Laboratório de História Oral e Imagem LABHOI/UFF. Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) no biênio 1995-1997, coordena o Grupo de Trabalho (GT) Imigração, Identidade e Cidadania da ANPUH/Nacional. É presidente da Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), onde coordena o Projeto Estrangeiros no Brasil. Ao longo de sua carreira acadêmica tem publicado inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais, tem organizado e/ou publicado diversos livros e capítulos de livros. Foi coordenadora de Editoração e Acervo da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Atualmente é membro da Comissão de Altos Estudos do Programa Memórias Reveladas da Casa Civil da Presidência da República. Esteve em mais de 200 bancas de defesa de dissertações e teses. Participa do Conselho Editorial de importantes periódicos nacionais e internacionais na área de história e afins. Tem recebido ao longo da carreira vários prêmios e mantém uma agenda de conferências no Brasil e no exterior. Em sua profícua produção intelectual, destacamos, dentre outros livros: *O oitocentos sob novas perspectivas* (2014), *E/Imigrações: questões e inquietações* (2013), *As mulheres médicas nas entrelínhas do centenário da Faculdade de Medicina da UFMG* (2011), *E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias* (2010), *D. João VI e a Biblioteca Nacional: Um legado em papel* (2008), *Emigração portuguesa para o Brasil* (2007) e *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos* (2006).

Às vésperas de sua posse como sócia honorária do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), a historiadora Ismênia de Lima Martins con-

¹ Entrevista realizada e transcrita em 19 de maio de 2016.

² Doutor em Geografia Humana (FFLCH/USP) e doutorando em História Social (UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP). Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória (IFMA). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Campus Açaílândia). Rua Projectada s/n, Progresso, 65930-000, Açaílândia, MA, Brasil.

³ Doutora em História Social pela (FFLCH/USP). Professora Emérita e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus do Graagoatá. Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis. Bloco O, sala 505, 24210-201, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: ismeniadelimartins@gmail.com.

cedeu-nos uma entrevista, onde tratou de sua trajetória profissional e, de modo muito singular, fez importantes reflexões acerca do ofício do/a historiador/a e de sua participação na criação do Doutorado em História Social da Universidade Federal Fluminense, na fundação do LABHOI/UFF e na consolidação dos estudos em história oral no Brasil.

Fagno da Silva Soares (FSS): Boa noite, professora. Inicialmente quero agradecer-lhe que, de modo tão solícito e gentil, aceitou conceder-nos esta entrevista. Compreendemos que para pensar a historiadora Ismênia da UFF, antes de tudo, temos de pensar na pessoa, na trajetória de vida de Ismênia. Penso que devamos iniciar ouvindo um pouco de sua história de vida, para compreendermos o legado da historiadora Ismênia Martins.

Ismênia de Lima Martins (ILM): Na verdade, eu penso muito próximo de você, caro Fagno; tudo que eu fiz na minha vida como profissional de História, seja pesquisando, seja escrevendo, tem direta relação com a minha vida. Um peso existencial muito grande! Afinal de contas, eu li Henri-Irénée Marrou muito cedo e fiquei muito confortada de ver como essas pressões existenciais influenciam na produção historiográfica de uma maneira geral. E como isso tem sido retomado de uma maneira mais leve, jocosa. Afinal, eu sou de uma geração em que na cadeira de Introdução aos Estudos Históricos tive aulas discutindo se História era ciência ou arte, assim como a objetividade da História, a verdade da História e a imparcialidade do historiador. Sobre vivi a tudo isso e fui, passo a passo, desconstruindo estes posicionamentos. Pois comprehendo que nós historiadores não somos e nunca seremos imparciais. Escolhemos nossos objetos de estudos, interrogamos e interpretamos as fontes a partir de nossas questões, com as pressões no nosso meio, tomados por nossa formação ideológica enquanto ser humano e ser social. Olhamos o mundo a partir do lugar que ocupamos na sociedade, no tempo e no espaço. Neste sentido, lembro-me de Dom João VI retratado pelos franceses e pelos ingleses; você nem acredita que é a mesma pessoa, e mesmo os escritos sobre Dom João VI feitos por um português, um francês, um inglês são muito diferenciados. Então, eu acho que o ponto inicial da minha história é a minha opção universitária pelo curso de graduação em História, que se deu de modo curiosamente acidental. A bem da verdade, o projeto da família para mim não era a universidade, mas ter uma boa educação. Estudei em um colégio francês na cidade do Rio de Janeiro para moças de elite, onde aprendi música, dentre outras coisas. Éramos preparadas, sobretudo, para sermos esposas, mães de família e constituir um sólido lar cristão. Eu sempre

brinco relembrando essa fase da minha vida. Contei coisas íntimas, por exemplo, num depoimento que dei ao Centro da Mulher Brasileira, que tem as memórias gravadas de lideranças feministas da minha geração, e eu fiz questão de destacar exatamente este aspecto. Era um ensino de altíssimo padrão, aprendímos desde a reprodução de vegetais até aos animais das pequenas espécies nos mínimos detalhes, mas, quando chegávamos nos mamíferos, tornava-se um quadro impressionista e na espécie humana não havia biologia. Havia, sim, a “nobre” missão de construir um lar cristão, tão somente. Aos 18, saí do colégio interno, aos 19 me casei e antes dos 20 já era mãe; aos 21 estava no segundo filho. Na verdade, isso tudo foi uma surpresa para mim, inclusive detalhes da biologia masculina. Não era para ser! Afinal, eu, por exemplo, quando me casei, já tinha visitado grandes museus onde a iconografia do corpo humano aparecia com detalhes. Fui educada dentro destes padrões comportamentais muito rígidos e conservadores que, aos poucos, tive de transgredir. E, assim, fui rompendo com o modelo no qual fui formada.

FSS: E como se deu este romper, Ismênia?

ILM: Também, por isso, um de meus objetos de estudo tem sido a mulher, sobretudo a inserção da mulher no espaço público tem sido a minha tônica nos estudos de gênero. No meu caso, a pressão familiar foi um obstáculo que tive de enfrentar. Comecei a fazer primeiro o curso de Ciências Sociais na PUC-RJ, mas como eu casei e naquela época não tinha pílula, engravidé duas vezes seguidas, morava em Niterói e não havia a ponte, então acabei trancando. O curso de Ciências Sociais em Niterói não tinha o padrão que eu desejava. Era um curso que estava começando, e o curso de História já tinha professores que haviam sido meus professores na PUC-RJ, entre eles Francisco Falcon. Deste modo, fiz o vestibular para História em 1962, quando estava grávida do meu segundo filho. Passei em primeiro lugar; naquela época também tinha exame oral, no entanto, em vez de comemorações só tive aborrecimentos, enfrentando as críticas maternas que repro davam vivamente o fato de uma mulher casada estudar, ainda mais à noite. Foi muito difícil, mas consegui; ingressei em 1963 e me formei em 1967. Neste interim, surgiu a pílula e pude engrenar de vez na graduação e seguir até terminar a pós-graduação.

FSS: Fale-nos um pouco das influências historiográficas durante sua graduação no início dos anos 60. Quais correntes historiográficas dominam o debate no auge da Ditadura Militar brasileira? Suponho que o marxismo fosse na época a corrente preponderante nas principais academias brasileiras.

ILM: Na verdade, eu fiz a graduação antes do Ato Institucional Nº 5, o famoso AI5. Estava dentro da universidade quando foi instaurado o Golpe Militar de 1964, mas a Universidade Federal Fluminense atraiu menos atenção. Já os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foram perseguidos, exilados, aposentados compulsoriamente, porque eram pessoas que tinham engajamento nítido com o Partido Comunista, ou outra tendência à esquerda. Alguns professores da Universidade Federal Fluminense também sofreram, como o professor de História da América, Hugo Weis, que não apenas foi aposentado pela Ditadura Militar, mas morreu, teve um infarto, não sobreviveu a isso tudo. E outros professores de Ciência Política, Sociologia. Mas na História, praticamente ninguém foi aposentado, nem mesmo Francisco Falcon. Foi a época da disseminação do marxismo. Lembro-me que tinha um livro que era a bíblia da teoria marxista, *Los conceptos elementales del materialismo histórico* (1973), da chilena Marta Harneccker, discípula de Louis Althusser. Este livro circulava de mãos em mãos. Tinha muita literatura proibida, um índice, como, por exemplo, *La Géographie, ça sert d'abord, à faire la guerre (A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, 1988)*, de Yves Lacoste, que era um livro proibido não sei por quê. Dos meus professores de História do Brasil e História da América da época, nenhum era pesquisador. Um ponto de atenção é que a pesquisa estava fora da universidade. Na cadeira de História do Brasil só estudávamos até 1930. No ginásio, só se estudava até a Proclamação da República. Na universidade ficávamos em 1930; daí para a frente era Sociologia e não era História. Na verdade, a História era muito presidida por Cronos, era um pouco da antiquaria, valorizavam-se o distanciamento, a objetividade na produção histórica. No entanto, eu tive um curso eruditíssimo; lembro-me que líamos em francês e consumíamos a produção historiográfica francesa, os clássicos, de cabo a rabo. Importante ressaltar o papel que os livros desempenhavam nessa geração. Era uma época em que até a televisão oferecia muito pouca coisa. É difícil imaginar que até o doutorado, que fiz em 1973, eu só tinha máquina de datilografar. A máquina elétrica estava começando.

FSS: E como foi o doutorado nos anos de 1970?

ILM: O doutorado em História da USP era o único da época, essencialmente economicista. Fiz meu doutorado, ainda, muito precoce, da graduação fui direto. O doutorado era alguma coisa do tipo que coroava uma carreira, e, para mim que queria fazer carreira acadêmica, as portas se fecharam. Primeiro porque, como eu disse, na UFRJ, o curso tinha sofrido muito no período da

Ditadura Militar com a saída dos professores eminentes, mais comprometidos com os bons cursos e com a investigação científica. Isso em grande medida fortaleceu muito o curso de História da UFF. Para ingressar na carreira universitária, você era convidada e seu nome era aprovado em assembleia departamental. Por diversas vezes fui convidada, queria História do Brasil; um professor da área apresentou meu nome ao departamento, e meu nome nunca era aprovado, porque eu era considerada muito irreverente por muitos, inclusive pelos professores da área, com exceção do titular que gostava muito de mim e me convidou. Além disso, argumentava-se que eu era oriunda de uma família de posses e que não precisava trabalhar, então eu fui preterida. Eu só entrei na universidade quando houve seleção pública. Na primeira seleção pública para professor na UFF, fui aprovada juntamente com Maria Bárbara Levi e Jorge Miguel Mayer, que mais tarde seria meu orientando de doutorado. Todos fomos contratados como auxiliares de ensino. Levei anos esperando um concurso público, quando fui aprovada em primeiro lugar, concorrendo, inclusive, com ex-professores meus (aqueles que tinham me barrado!).

FSS: Fale-nos como foi seu ingresso como docente na carreira universitária.

ILM: Não me lembro ao certo, foi entre 1969 e 1970, quando iniciei o doutorado. Fiz doutorado direto, ou seja, não fiz mestrado. Era o programa antigo da USP, na área de História do Brasil. A banca classificava a qualidade do trabalho, o nível da pesquisa, entre outros aspectos, como mestrado ou doutorado. Minha tese se chamou *Problemas da extinção do tráfico africano na Província do Rio de Janeiro: uma tentativa de análise das dificuldades de reposição da mão de obra na grande lavoura fluminense*. Na época, diziam que não existiam fontes: "Ismênia, mas não tem documento", e os documentos estavam todos lá! Foi a professora Thalita de Oliveira Casadei, do tradicional Colégio Pedro II e do Liceu, de Niterói, que organizou os documentos do Rio de Janeiro, a chamada Coleção Fluminense, que foi encontrada no porão do prédio de uma escola, com aquele espírito antiquaria da História. Ela classificou os documentos e os levou para o Instituto Histórico e Geográfico de Niterói (IHGN), depositou-os numa sala anexa à biblioteca "Mattoso Maia", da Biblioteca Estadual de Niterói, cujo nome homenageia um historiador fluminense, antigo memorialista. Mas realizou uma divisão temática da documentação, não respeitando o princípio dos fundos arquivísticos, fazendo com que se perdesse a unidade organizacional original. Assim, por exemplo, em "Escravos" havia documentos da polícia, da justiça, das terras públicas, de diferentes municípios. Era

tudo misturado, só porque eram de escravos. Anos depois, elaborei e executei um projeto que reorganizou a documentação, dentro das normas arquivísticas e a transferiu para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi um trabalho hercúleo, mas pioneiro e inesquecível, entre outras coisas, pela equipe de bolsistas, liderados por Ronaldo Vainfas. Fizemos um grande estudo sobre a organização política e administrativa dos municípios para realizar uma classificação dos documentos dentro dos fundos pelos quais eles foram produzidos. A professora Thalita reclamou um pouco, mas depois entendeu! Antes de morrer destinou seu anel de formatura para mim, o que me deixou muito honrada. Fui a primeira professora bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Programa de Pós-Graduação de História Social da UFF (PPGHS/UFF). Fui professora da Faculdade de Economia, que era muito marcada pela produção da História Econômica, porque você há de convir que a História Econômica impulsionou a pesquisa acadêmica no Brasil. Fui inspirada pelos estudos de história econômica realizados em universidades como a USP e a Unicamp, sobretudo pela tese de doutorado de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, acerca da economia colonial brasileira, defendida na Sorbonne em 1948 e publicada em livro em 1959 (Furtado, 1980 [1959]). Celso Furtado me encantou. Um grande ensaísta! Sua obra era um manancial de propostas de teses de História, Economia e História Econômica. Soma-se a este Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1948, dentre outros autores. Aqui no Rio de Janeiro tivemos importantes autores como Antônio Barros de Castro, e também economistas como Maria da Conceição de Almeida Tavares, portuguesa naturalizada brasileira. Foram professores da UFF, e tive de atuar no lugar deles quando, por ocasião da Ditadura Militar, foram impossibilitados de dar aulas.

FSS: Fale-nos um pouco das atividades que exerceu ao longo de sua carreira.

ILM: Entrei como professora na UFF no início da década de 1970, onde, além de professora, atuei em vários colegiados de curso, chefia de departamento, Conselho de Ensino e Pesquisa. Fui coordenadora de Pós-Graduação e Extensão e integrei o Conselho Universitário de Ensino e Pesquisa. São quase 50 anos de dedicação à universidade. Tive o desafio e a honra de ficar à frente da presidência da Associação Nacional de História, ANPUH (1995-1997), da qual sou sócia emérita. Posteriormente assumi a presidência do Centro de Memória Fluminense (1998-2000). Neste ínterim era parte do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura

de Niterói (1990- 1994, 1998-2000). Atuei também nas comissões do Ministério da Educação e Cultura relativas à Extensão Universitária e à Memória Nacional. Fui diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2003-2004). Concomitantemente atuei para além da academia, presidi a Fundação de Atividades Culturais (FAC), da Prefeitura Municipal de Niterói (1978-1980). Participei do Conselho Pedagógico da Secretaria Especial do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1991-1992), com Darcy Ribeiro, no governo Brizola, e da Comissão Nacional de Arquivo por mais de dez anos. Ao longo da carreira estive, a convite de instituições universitárias e não universitárias, em diversos países do mundo para estágios e conferências, para citar alguns, como Alemanha, Bélgica, Canadá, Cuba, Estados Unidos, Espanha, França e a antiga Checoslováquia. Fui a primeira professora universitária a sair do Brasil para um país da antiga Cortina de Ferro, com autorização publicada no Diário Oficial. Era já época da distensão, mas ninguém ousava. Eu que sempre gostei de provocar fiz a solicitação formal e, para surpresa de todos, consegui.

FSS: Fale-nos de sua amizade intelectual com o professor Sérgio Buarque de Holanda, nosso grande historiador, autor de obras clássicas como *Raízes do Brasil* (1995 [1936]), *Caminhos e fronteiras* (1994a [1957]), *Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* (1994b [1959]). A senhora refere-se a ele sempre como Doutor Sérgio, de modo muito afetuoso.

ILM: Inicialmente, participei da seleção para a Faculdade de Economia e fui entrevistada pela professora Alice Piffer Canabrava. Ela era uma respeitada pesquisadora, historiadora econômica muito reconhecida e mais tarde seria uma das fundadoras da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, a ABPHE, fundada somente em 1993, a exemplo de outros que são sócios honorários desta associação, como Eulália Lobo, Frédéric Mauro, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado. Tive uma reunião com ela, em sua casa, que demonstrou entusiasmo com o meu projeto. Disse que certamente eu teria bolsa e tudo mais, mas foi contundente afirmando: “Você vai mudar para São Paulo, você tem onde ficar?”. Enfaticamente retruquei: “Mas eu não posso me mudar, eu sou casada, tenho dois filhos pequenos, etc.”. Prontamente, ela respondeu que não podia ter bolsa se não morasse em São Paulo. Sem demora, falei que não teria importância, faria mesmo sem bolsa, indo e voltando para assistir às aulas e fazendo minha pesquisa de tese no Rio de Janeiro. Afinal, no Rio nós tínhamos os grandes arquivos do Brasil, a Biblioteca Nacional com um grande acervo de documentação primária, assim como o Arquivo Nacional,

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Do nada, ela me perguntou se eu gostava de cozinha e me deu uma receita de sequilhos, escrita por sua bisavó, e começou a falar muito sobre cozinha, de casa, e disse que ia pensar se aceitaria me orientar ou não. Diante da negativa, encaminhei-me ao curso de História e consegui uma entrevista com o Doutor Sérgio. Mas foi o período em que ele se aposentou, uma espécie de aposentadoria voluntária, em solidariedade aos aposentados pela Ditadura Militar, sobretudo o Caio Prado Jr., que era seu grande amigo. Em geral, os orientandos do Doutor Sérgio passaram a Maria Theresa Schorer Petrônio ou Nízia Villela Luz, com que fiquei até o fim do doutorado. A doutora Nízia Villela era autora de um importante livro, *A luta pela industrialização do Brasil: Subsídios para o estudo do pensamento econômico brasileiro*, que os economistas achavam fantástico e fora publicado no final dos anos 50, com grande repercussão entre os estudiosos da área. Na obra, ela estuda o grande debate em torno da industrialização, o interesse dos grupos agrários, dos industrialistas. Foi livro fundamental para compreender a origem da indústria no Brasil, traz um quadro histórico-econômico da política industrial brasileira, com uma vasta bibliografia e prontamente se fez clássico.

FSS: Então, professora, a sua trajetória profissional confunde-se a com a própria história da UFF. Não por acaso, em Niterói é conhecida como a Ismênia da UFF.

ILM: Na verdade, eu me comprometi muito com a universidade. Para mim, sempre esteve claro que a universidade pública é um equipamento social definitivo para melhorar a compreensão do país, no que diz respeito à pobreza, miséria, desigualdade social e econômica. Eu sempre vi a universidade não apenas como um campo privilegiado do saber, mas um espaço da diversidade e como um instrumento a serviço da sociedade. Sempre me considerei, particularmente, favorecida por integrar esta instituição. Afinal, a universidade pública apresenta como grande vantagem o fato de constituir-se não apenas em um espaço de construção de conhecimento de ponta, mas também em um espaço da liberdade, onde se pode dizer tudo, pensar tudo. Imagina como foi viver isso em plena Ditadura Militar! E os anos da abertura foram anos muito duros, mas também, na verdade, foram os anos de esperança. A minha geração é a geração da esperança, a gente pensava que o futuro estava chegando. Acabando a ditadura, vencendo aquilo, ultrapassando aquela fase, chegaria o momento de sermos o Terceiro Mundo, como definira a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o “terceiro-mundismo”. A minha geração pensava aquilo, quer dizer, o Terceiro Mundo não como o que é hoje, a trinca do mundo, o lugar das coisas

ruins. Não! O *Terceiro Mundo* seria o espaço da diferença, com novas marcas, novos projetos de felicidade, de bem-estar social obtidos na luta pela igualdade e justiça. Acreditávamos numa América Latina mais justa. Quando vemos o que aconteceu com nossa América Latina, é triste! De um lado, o processo revolucionário que decepcionou a tanta gente, de outro lado, o processo da conquista política que acabou em sangue e com a implantação de ferrenha ditadura... Então, na verdade, a minha geração é que vai virar hippie, é que vai pra Cuzco, Machu Picchu. Muitos tornaram-se panteístas, budistas, vão atrás da maconha, buscam sair do ar para não ver o que o mundo se tornou! No meu caso, escapei do *alegre desbunde* e dediquei-me à militância. Cheguei a presidir inúmeras instituições dentro e fora da academia. Lembro-me que andava com uma bolsa que tinha um panfleto para cada coisa, um para o movimento dos direitos das mulheres, outro do MDB, outro da anistia, etc. Participei ativamente de greves e manifestações nos anos 80. Na universidade daquela época, a gente tinha uma grande causa que era o quadro de carreira que não existia, e isto se tornou minha grande causa quando era presidente da Associação dos docentes da UFF. Então tinha uma militância exaustiva!

FSS: Em sua trajetória, é nítido seu engajamento político para além da academia, mas principalmente o acadêmico. De um lado, a política partidária puxava, mas, do outro, a política acadêmica, e ao que parece sempre foi resoluta pela universidade. Seria isso mesmo?

ILM: Eu só fui de um partido político, na época o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que abrigava todas as tendências de esquerda e tinha nos seus quadros os opositores à Ditadura Militar fazendo frente aos governistas da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Desde o início, tínhamos certa multiplicidade ideológica. Mas eu estava muito alinhada aos deputados do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, no caso do Estado do Rio de Janeiro, era o Alves de Britto. Éramos alinhados também aos deputados Modesto da Silveira, Márcio Moreira Alves e Marcelo Cerqueira. Era uma época que tinha muitos movimentos: de bairro e jornais de bairro, e meu nome sempre era indicado para vereadora, para prefeita. Tanto que, quando o Leonel Brizola se candidatou ao governo do Estado, queria nomes da universidade, e eu fui indicada. Estava em evidência, pois, como presidente da ADUFF, tinha acabado de conduzir uma greve vitoriosa na obtenção dos quadros da carreira. Fui convidada para muitos outros cargos, mas nunca aceitei, pois não me via fora da universidade. Porém, não abria mão da militância. Afinal, apesar de toda a minha inserção de classe, sentia-me porta-voz de um projeto reformista. Era

de uma família de grande visibilidade, filha de um médico renomado, neta de um português rico dono de banco, e fazia discurso no banco das praças, liderava as greves e estava no movimento das mulheres, no movimento de bairro, movimento da anistia, em todos os movimentos possíveis! No primeiro aniversário do movimento da anistia, quando o Teatro Casa Grande no Rio foi impedido de acolher o evento, eu que abri o Teatro Municipal de Niterói pra receber todo mundo. Assim, o 1º aniversário do movimento da anistia foi comemorado em Niterói, com a presença de Chico Buarque, entre outros. Enfim, eu tinha uma militância enorme e ao mesmo tempo era uma professora apaixonada. Fui aluna aplicada, estudei muito na graduação, pós-graduação. Mas nesta época sacrificiei a prática da pesquisa e pouco escrevi. Apenas alimentava, atualizava o meu conhecimento, porque não tinha tempo. Tinha uma militância enlouquecida! Um dia, eu me lembro, contei para meu analista que eu estava muito cansada, tinha provas para corrigir e que tinha deixado a janela aberta para que os mosquitos me impedissem de dormir! Na verdade, era muito rígida comigo mesma no cumprimento das minhas tarefas docentes. Tinha que corrigir as provas e gostava de levar as provas na aula seguinte para o aluno perceber que eu estava ansiosa para saber o que ele escreveu, que aquele resultado ia influir no curso daí à frente, que era realmente uma verificação da aprendizagem e não apenas uma burocacia para dar nota. Então, como eu estava muito cansada, pois tinha tido muitas reuniões, lancei mão daquele expediente, uma verdadeira tortura. Ocorriam muitos debates naquele período. Era a época das Diretas, da Constituinte, e muita vida noturna, muitas discussões nos bairros e bares! Como professora de História, muito eloquente, era sempre requisitada para falar. Então, na verdade, era uma questão de eu colocar toda minha disponibilidade a serviço da militância.

FSS: Seus estudos sobre gênero têm versado sobre imigração, que certamente tem relação com sua própria história pessoal e familiar, a partir da migração da sua família de Portugal para o Brasil. A senhora é precursora da História Oral do Brasil e fundadora do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF), que tem se fortalecido cada vez mais, com ressonância inclusive internacional. Conte-nos sucintamente da chegada, trajetória, possíveis retrocessos e avanços da História Oral no Brasil. Neste contexto, como se deu o processo de gestação do LABHOI no final dos anos 70 e início dos anos 80?

ILM: A questão da História Oral exsurge no Brasil do conjunto de ações de iniciativa de Celina Vargas do Amaral Peixoto. Neta do ex-presidente Getúlio Vargas, comandou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) por dé-

cadas e, em 1973, criou o famoso Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Também dirigiu o Arquivo Nacional por 10 anos, de 1980 a 1990. Costumo dizer que Celina Vargas do Amaral Peixoto é uma mulher de grande espírito público. Sempre muito articulada, conseguiu organizar um convênio, captar recursos e trouxe professores estrangeiros para ministrar o primeiro curso de História Oral no Brasil. Em vez formar somente os quadros do CPDOC, ela resolveu abrir para as universidades públicas, talvez por força da captação do recurso público, ou mesmo pela natureza do convênio. Mas o fato é que eu estive lá representando a minha universidade, a UFF. Foi uma demonstração de grande generosidade da direção do CPDOC. Achei o curso muito desigual, tinha um casal americano muito pragmático que nos ensinava as técnicas da História Oral, com o tom de quem dá uma receita de bolo. E, por outro lado, tinha a historiadora mexicana Eugenia Meyer, que era uma pessoa cheia de novas ideias, vendo todo o potencial político e social da História Oral, não apenas para estudar as elites políticas, mas justamente para estudar aqueles que não tinham lugar na História.

FSS: Fale-nos um pouco mais sobre este primeiro curso de História Oral realizado no Brasil no início dos anos 1970 organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Eugenia Meyer e os historiadores norte-americanos James e Edna Wilkie.

ILM: O curso foi financiado pela Fundação Ford e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como um tipo de especialização. Havia representantes do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, 33 professores convidados de diferentes universidades brasileiras, além de dois professores peruanos. Lembro-me dos colegas das universidades, principalmente, do Paraná, Santa Catarina, Brasília e de Minas Gerais. O curso tinha como referência o Programa de História Oral da Universidade de Columbia, berço da História Oral no mundo. Foi ministrado pelo casal de professores norte-americanos James e Edna Wilkie, da Universidade da Califórnia, e pela professora Eugenia Meyer, do Instituto Nacional de Antropologia do México. Salvo engano, houve a participação de um outro, George Browne, que era do Departamento de História da Seton Hall University. Este curso tem um valor muito simbólico, representou em definitivo a chegada da História Oral no Brasil, gestou diversos grupos de pesquisa, centros e laboratórios de História Oral nas universidades brasileiras, mas poucos vingaram. Eu destaco os programas que

considero pioneiros, como o Programa de História Oral do CPDOC/FGV e o Laboratório de História Oral da UFSC, criados em 1975. O Programa de História Oral da Fundação Joaquim Nabuco foi criado quatro anos depois. Mas devo dizer que o curso foi muito pragmático, focado em questões de ordem muito técnica. No meu entender, a maior contribuição ficou por conta da mexicana Eugenia Meyer, que trouxe uma leitura muito mais complexa acerca do lugar da História Oral na América Latina. No Brasil, devemos destacar o importante papel de Aspásia Camargo para o avanço da História Oral. Lembro também que, em 1977, houve um segundo curso de História Oral, este realizado na Universidade de Brasília. A entrada da História Oral no campo acadêmico se deu de modo muito irregular; foi muito tímido nos anos 80 entre os historiadores, e houve muita resistência por parte dos pesquisadores mais tradicionais. Nos anos de 1990, houve um substancial crescimento na produção historiográfica brasileira com a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em abril de 1994, no Rio de Janeiro, e o II Encontro Nacional de História Oral e da *International Oral History Association – IOHA*, em 1996. Como se vê, foi um longo percurso, uma vez que o gravador se popularizou desde a década de 1950.

FSS: Conte-nos um pouco de como foram as articulações para criação do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI).

ILM: A coordenadora do nosso programa era uma doutora em História Medieval, mas que estimulava muito a pesquisa contemporânea. Além disso, ela revelou muita agilidade contornando a burocracia e conseguindo incorporar à Pós-Graduação as professoras Maria Yedda Leite Linhares e Eulália Maria Lahmeyer Lobo, que ainda não tinham sido anistiadas. Acho que foi graças ao prestígio da professora Aidyl Preis que conseguimos enfrentar a assessoria de informação que exigia o atestado ideológico dos docentes. Montamos um projeto de história oral que se chamava Cidade e Campo no Complexo Regional Fluminense, que seria o primeiro projeto de Ciências Humanas em História aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A bem da verdade, as Ciências Humanas e Sociais eram excluídas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico que reunia recursos do Banco Mundial e do governo brasileiro. Tínhamos contatos na FINEP, alguns colegas de esquerda que trabalhavam lá, como Madalena Diegues, irmã do famoso cineasta Cacá Diegues e esposa do deputado Márcio Moreira Alves, além de outros funcionários oriundos das Ciências Sociais que, sobretudo por afinidades ideológicas, eram muito simpáticas ao

nossso projeto. Mas o problema é que tínhamos de responder o questionário, e era um formulário voltado para as ciências exatas, que entre outras coisas exigia que fossem enunciadas as maneiras de incorporação dos resultados do projeto aos setores produtivos da economia nacional! Tal exigência era desmedida considerando a especificidade da nossa pesquisa. Dona Ieda revoltou-se, mas eu e a saudosa Eulália Lobo, usando aquela velha técnica dos cronistas portugueses, pensávamos “há de haver engenho e arte”. Escrevemos três páginas, que eu diria *nonsense*, detalhando as possibilidades de transferência dos resultados do projeto à economia nacional. O fato é que nosso projeto passou, e fomos o primeiro projeto de Ciências Humanas, especificamente na História, aprovado pelo FINEP. Abrimos caminhos para a grande área. Além do grupo proponente, o projeto contou com outros pesquisadores como Robert Slenes, hoje professor da Unicamp, que naquela época estava conosco como professor visitante, através de um convênio Fulbright. O mais importante, porém, foi o grupo de jovens pesquisadores mestrandos e doutorandos e até da graduação que se vincularam ao projeto institucional e atualmente são todos eles professores titulares de várias universidades. Entre eles Sidney Chalhoub, que hoje é professor na Harvard University; Hebe Mattos, Márcia Motta e Martha Abreu, atualmente professoras titulares da UFF, Eduardo Stotz, da Fiocruz, entre outros.

FSS: E neste cenário que surge o Laboratório de História Oral e Imagem?

ILM: Nesse caso, o laboratório antecede o projeto. Lembro-me, inclusive, que fui ministrar um curso em Juiz de Fora, e o pessoal estava desesperado porque ia precisar de muito dinheiro para montar o laboratório e eu disse: “Façam como eu, peguem um armário de aço e escrevam na porta, Laboratório de História Oral”. O importante é a gente começar a produzir, depois você compra a sala, compra os equipamentos mais sofisticados. No início, usa o que tem, apanha emprestado. Naquela época, você comprava o equipamento de rolo, alguma coisa complicadíssima. Nessa primeira fase, era só eu na UFF em cooperação com o Museu Imperial e a Prefeitura de Petrópolis, que desenvolvia um projeto sobre a industrialização daquela cidade e o movimento operário. Fiz várias entrevistas. Depois nós montamos o laboratório com o dinheiro do projeto da Financiadora de Estudos e Projetos. Também realizamos muitas entrevistas com operários navais, publicamos vários livros destas pesquisas. É importante lembrar que houve um roubo terrível em vários laboratórios da universidade, inclusive no nosso. Roubaram os equipamentos, inclusive as fitas. Sobraram as entrevistas de Petrópolis que já estavam transcritas e pouca coisa das entrevistas com os

operários navais. Muita coisa se perdeu. Então, na verdade, o Laboratório de História Oral se firmou logo depois que me tornei Pró-Reitora. Eu tenho certeza que consegui montar o laboratório, não apenas garantindo o espaço físico, que foi muito importante, mas também nos seus desdobramentos, quando pude aprofundar meus contatos profissionais internacionais, colocando-os a serviço da universidade. Nesse sentido, foi particularmente proveitoso para o laboratório o contato com o Prof. Philippe Joutard, da *Universidade de Aix-en Provence*, e na *École des Hautes Etudes e Sciences Sociales* (EHSS), com André Burguière. Naquela época iria acontecer um Congresso Internacional de História Oral, e Marieta de Moraes Ferreira, que foi minha orientanda de mestrado e doutorado, me convocou. Então eu criei um grupo na UFF e entreguei, sobretudo a Hebe Mattos, Marisa Soares e Paulo Knauss, a incumbência de sustentar o laboratório garantindo que eu iria prover os recursos necessários. Lembro-me que a UFF, no início, era muito provinciana, e uma pessoa me disse: "Professora, a senhora fundou o laboratório e agora estão tomando conta do seu laboratório". E eu disse: "Que bom, porque não vai morrer, aí é que vai se tornar grande, porque se não, aquilo acaba com minha partida". Hoje o Laboratório de História Oral e Imagem é uma referência nos estudos em História Oral no Brasil, e eu me orgulho de ter atraído jovens colegas para esse trabalho.

FSS: Atualmente, os profissionais que trabalham com a História Oral no Brasil têm como polos de formação o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF). É crescente o número de estudantes que buscam o LABHOI para fazer pós-doutoramento.

ILM: Eu, como disse, sou uma adepta fervorosa, mas sou uma crítica severa da História Oral. Acho que nós conseguimos, no laboratório, fazer os nossos alunos perceberem a importância do método da pesquisa histórica e da crítica interna ao documento, mesmo se tratando da História Oral. Os profissionais seniores do LABHOI destacam-se pelo seu preparo como grandes pesquisadoras. Assim, por exemplo, o trabalho de engajamento e militância de Hebe Mattos e Marta Abreu, em que o negro é o protagonista da sua história, desenvolveu-se e frutificou merecendo, a par do reconhecimento social, a creditação acadêmica devido à qualificação das autoras como historiadoras. O LABHOI atualmente inscreve-se com forte expressão, também, no campo da História Pública, uma vez que as pesquisas que promove ultrapassam a universidade e têm grande expressão social. Tal é o caso,

por exemplo, da atuação na regulamentação das terras quilombolas, ou na defesa dos direitos dos imigrantes.

FSS: Hoje no Brasil vem se discutindo muito sobre a História Pública, que tem sua origem também americana, e tem ocorrido um esforço no sentido de elaborar um conceito da História Pública brasileira praticada no Brasil há algum tempo, mas sem uma definição clara quanto ao seu entendimento.

ILM: Tenho convivido com jovens colegas adeptas da História Pública. Juniéle Rabelo, por exemplo, é uma das mais entusiasmadas no Departamento de História da UFF. Atualmente, ela integra a Rede Brasileira de História Pública, que, em parceria com o Laboratório de História Oral e Imagem, realizou o 2º Simpósio Internacional de História Pública, na Universidade Federal Fluminense, em 2014. Atualmente, com o apoio de Ana Mauad na UFF e Sônia Menezes da URCA, está organizando o próximo encontro de História Pública que será no Ceará. De certo modo, muitos de nós estamos aderindo porque já fazíamos, de certa maneira, uma História Pública. No meu grupo de pesquisa, por exemplo, quando trabalho com imigrantes, nós os colocamos não apenas como protagonistas de sua história, mas também como agentes de sua produção. É um trabalho que envolve profissionais de áreas diferentes como historiadores, assistentes sociais, professores da rede, além dos imigrantes. Os produtos também são diferentes; no meu entender, a pesquisa do historiador e do assistente social, por exemplo, tem metodologias diferentes ainda que informadas pelo mesmo quadro teórico. Além disso, os imigrantes podem ter o seu projeto e produzir a memória do seu coletivo, no que podem recorrer ao apoio intelectual, por exemplo, dos profissionais envolvidos. Na verdade, essa prática já tem décadas entre os historiadores engajados socialmente. São várias as experiências relatadas por Paul Thompson no clássico *A voz do passado*, datado de 1978, envolvendo mineiros, estudantes de escola noturna, história de bairros, etc. Este movimento da História Pública, que se desenvolveu muito a partir dos EUA, realmente, me parece uma estratégia de afirmação do campo, pois, na verdade, do ponto de vista epistemológico, não existe uma grande novidade. Quero esclarecer que tal observação não se constitui em uma crítica negativa. Não vejo nenhum problema em sermos envolvidos nesse movimento; no entanto, temos que levar em conta a profunda diferença das condições socioeconômicas próprias dos EUA e do Brasil, o que, naturalmente, reflete nas abordagens e volume da História Pública no nosso país. Citaria como exemplo, apenas, a desproporção da disponibilidade de equipamentos sociais públicos, privados, comunitários, como museus,

arquivos, bibliotecas existentes nos dois países. É muito compensador o trabalho com as comunidades, como é o caso dos projetos do LABHOI com quilombolas ou imigrantes. Acho, porém, que os departamentos de História não podem deixar de priorizar seu compromisso com a rede de ensino, pois formamos os professores. Considero importante retroalimentar a ponta do sistema e não ficar só no deleite dos nossos seminários. O viés da educação é fundamental, e vários professores do nosso departamento têm se dedicado à interface com a questão do ensino. Fico feliz porque o Olimpo dos “Phdeuses” não nos prende, nós estamos pulando todos os muros, indo às comunidades, indo às escolas públicas, às praças, às bibliotecas e aos sindicatos. Nossas produções têm que dialogar com a educação básica e com a sociedade em geral. E o mais importante, que digo e reafirmo para os colegas das novas gerações, sobretudo quando estão atacados pelo mal que chamo de *crise de presença e angústia de apogeu*, é que a gente tem que ir para esses lugares conscientes de que nós não estamos apenas levando coisas. Estamos indo receber também, pois este envolvimento nos recicla em relação às demandas das novas gerações, grupos, etc.

FSS: Professora, a senhora também tem uma participação muito ativa na criação do doutorado da UFF. Desde que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) introduziu a avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil em 1976, o Programa de Pós-Graduação em História da UFF tem ocupado papel de destaque, sendo o primeiro programa a atingir nota máxima, e tem se mantido como centro de excelência, formando os grandes quadros de professores universitários de História no Brasil. Conte-nos sobre a criação e percurso do programa para que possamos compreender os motivos que fazem deste programa um polo de formação de historiadores brasileiros.

ILM: Em relação ao doutorado, o projeto foi pensado, também, pelo professor Francisco Falcon, que o redigiu em boa parte, mas na época coube-me concluir-lo e encaminhá-lo, pois assumi a coordenação do programa. Como primeira coordenadora do doutorado, ultimei a montagem do doutorado e viabilizei seu funcionamento com o apoio de toda uma equipe técnica que já existia, pois já tínhamos um mestrado consolidado. Fui sucedida pela professora Maria Yedda Leite Linhares. Acho que o nosso programa se firmou porque nosso curso de graduação já era maduro e forte e se preparou para essa pós-graduação. Antes da Universidade Federal Fluminense só havia pós-graduação em História em São Paulo e o curso da Federal do Paraná, sobre o qual pesava na época o apadrinhamento da Ditadura Militar. O curso de História da

Universidade Federal Fluminense pôde crescer porque não era alvo da repressão militar como a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos anos sombrios da ditadura, aquela instituição sofreu uma repressão gravíssima. Seus quadros mais importantes foram expulsos, e foi muito difícil a situação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) recomeçar, enquanto a UFF conseguiu, graças à habilidade da primeira coordenadora, Profa. Aidyl Preis, atrair professores como José Honório Rodrigues, Eulália Lobo, Yeda Linhares, Margarida Neves, Ciro Cardoso, que juntamente com Falcon, Maria Bárbara Levi, Ilmar Rohloff de Mattos, Vânia Fróes e eu, constituíam o núcleo forte do programa. Então, foi na UFF que se formaram os primeiros professores mestres e doutores da área do Grande Rio, inclusive, os da própria UFF, como Rachel Soihet, Ronaldo Vainfas, Sônia Mendonça, Hebe Mattos, Gladys Ribeiro, Márcia Motta, Martha Abreu, Luiz Carlos Soares, Lana Lage, entre outros. Atualmente, a maioria dos professores da UERJ, UNIRIO, PUC-RJ, CPDOC e também da própria UFRJ, alguns deles titulares, fizeram seus mestrados e/ou doutorados na UFF, em Niterói. Daí vem o nosso prestígio. Na UFF, temos recebido estudantes e professores do mundo inteiro, como o historiador marxista Eric Hobsbawm, o historiador Serge Gruzinski, da EHESS, que estuda o Império Português numa perspectiva da História das Mentalidades, o historiador Giovanni Levi, da Micro-História italiana, o historiador cultural Roger Chartier, Carlo Ginzburg, entre outros.

FSS: Poderíamos dizer, então, que a primeira geração de professores dos programas de pós-graduação brasileira na área de História foi inicialmente formada pela USP. Grande parte da nova geração de historiadores dos atuais quadros da pós-graduação no Brasil tem formação de doutoramento na UFF. A pós-graduação brasileira cresceu muito nos últimos dez anos, e nos cinco últimos anos a área de História. Sabemos que a UFF inovou criando o primeiro Doutorado Interinstitucional aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e criou o Exame de Qualificação hoje presente em todos os mestrados e doutorados do país. Conte-nos a este respeito.

ILM: A UFF ampliou e diversificou por causa do talento de sua equipe; acho incrível isso. O processo de seleção é bem criterioso com prova não identificada, e os critérios de correção são transparentes. De fato, só entram as pessoas que têm talento. Então você tem gente de Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Sul, etc. Confesso que fico encantada. Sou professora de Metodologia da Pesquisa em História na pós-graduação, uma espécie de disciplina obrigatória. Na última que ministrei, tinha um

jovem pesquisador sergipano com um projeto fenomenal. Logo, pensei que deveria ter sido inspirado por algum professor especial, e ele disse que tinha feito tudo sozinho. Perguntei se seus pais eram professores ou intelectuais de outra área e ele respondeu que foi criado sem pai e que a mãe não tinha o segundo grau completo. Perguntei-lhe como é que tinha conseguido se desenvolver assim e ironizei: "Você é um geninho?!" Fico emocionada quando lembro de sua resposta: "Eu nunca brinquei porque meu irmão mais velho é doente e para minha mãe trabalhar eu tinha que tomar conta dele, então a única coisa que eu podia fazer era ler". Enfim, acho que a UFF cresceu porque ela se abriu muito mais para o Brasil, com processos seletivos mais justos primando pela qualidade intelectual de seus alunos e projetos.

Quanto à parceria com outras universidades, sempre usei minha influência no departamento para imprimir nosso compromisso social com a qualificação das nossas congêneres. Atuei ativamente desde a elaboração, aprovação e execução do primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fora da sede com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), algo inovador para época, e que representou um importante passo para a formação de historiadores no Estado de Paraná no início deste século. As atividades se iniciaram em 2000, titulando inúmeros mestres e doutores, alguns dos quais hoje compõem o doutorado criado no ano passado na *área de concentração História, Poder e Práticas Sociais*. Ofertamos um curso de muita qualidade, organizado por Vânia Fróes e por mim. Participaram os professores seniores como Ciro Cardoso e a professora Eulália Lobo, que ainda estava dando aula e que tinha mais idade do que eu tenho agora. Na época, acho que ela tinha uns 76 anos. Participaram outros professores, como Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas. Nossa parceria culminou com a criação do mestrado deles, e de lá até hoje desenvolvemos várias outras formas de cooperação e, no momento, mantemos um DINTER com a Universidade do Cariri, no qual atuo como membro da coordenação e docente.

Quanto à questão do Exame de Qualificação: Como coordenadora, promovi uma reforma da Grade Curricular que redundou na implementação do Exame de Qualificação. Foi uma prática nova que inauguramos na UFF. Percebemos que nossos alunos terminavam os créditos e depois ficavam sozinhos, solitários, quer dizer, sem convívio com outros colegas, com os orientadores para o término da tese, e de repente o prazo findava, e não podíamos prorrogá-lo. Verificamos como esse processo era difícil para os alunos que tinham de se assumir como produtores intelectuais diante de uma banca. Todos os

orientadores experientes sabem como os alunos ficam vulneráveis. Eu, por exemplo, já tive um com crise de apêndice, outro de vesícula, sem falar nos relacionamentos rompidos! Discutimos no colegiado e propusemos uma reforma na grade, diminuímos o número de créditos da tese, criamos os seminários de tese e de dissertação. E uma parte dos créditos ficou para o Exame de Qualificação. Quando criamos esse Exame de Qualificação, pretendíamos, muito mais que uma formalidade, criar uma oportunidade para o aluno de ouvir outras opiniões sobre o seu trabalho, e não apenas do seu orientador e dar-lhe maior segurança para a futura defesa. Nos fóruns da ANPUH e da CAPES, nós divulgamos bastante esta prática, que acabou se institucionalizando por orientação da própria CAPES.

FSS: Fale-nos também, acerca de seu legado à frente da Associação Nacional de História (ANPUH) no biênio 1995-1997.

ILM: Tive duas propostas. A primeira foi torná-la uma associação verdadeiramente nacional. Desde a famosa cisão liderada por Cecília Maria Westphalen, quando se criou a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, a ANPUH deixou de existir no Paraná e no Rio Grande do Sul e em alguns Estados, especialmente do Nordeste, estava quase desativada. Empenhei-me particularmente neste processo porque no sul do país existia uma grande malha universitária, inclusive, com programas de pós-graduação, e era um momento oportuno fazer uma intervenção neste sentido porque a SBPH, que tinha sido muito importante naquela região, já estava muito esvaziada, e a ANPUH fortalecida principalmente no Rio e em São Paulo. Muitos professores do Rio Grande do Sul frequentavam a ANPUH, mas como não existia um núcleo gaúcho se inscreviam por outros núcleos. Lembro-me, por exemplo, de ter conversado com Sandra Pesavento e ela ter-me dito que se inscrevia por São Paulo. Com apoio de jovens colegas no Rio Grande do Sul e do Paraná conseguimos recriar os núcleos, que atualmente são verdadeiras locomotivas da ANPUH. Viajei por vários estados do Nordeste e me lembro, particularmente, de uma verdadeira campanha que fiz em percurso do Juazeiro do Norte a João Pessoa passando por vários municípios, conversando com secretários de Educação, prefeitos e sindicatos de professores, em torno da discussão do salário dos docentes, que em muitos municípios era inferior ao próprio salário mínimo. Foi inesquecível. Em Campina Grande fui a uma cantina da universidade para comprar um cartão telefônico que se usava na época. A dona da cantina me disse: "Não tem cartão, mas a senhora não é a professora que veio, a presidente? Então vou emprestar

meu cartão". Quando terminei minha ligação, quis pagar o valor integral do cartão que usei, e ela disse: "Não, senhora, o pessoal está tão feliz, é uma honra a senhora estar aqui". Fiquei emocionadíssima.

O segundo objetivo era o de politizar a ANPUH. A produção historiográfica no Brasil tinha se revolucionado colocando na cena principal os operários, mulheres, índios, imigrantes, o cotidiano, etc., e era impossível a entidade maior dos historiadores estar ausente dos embates políticos do seu tempo, sobretudo daqueles relacionados ao ofício ou aos seus grandes temas. Assim, por exemplo, quando convidada a integrar o Conselho Nacional de Arquivos, como historiadora, negociei para que a vaga se tornasse institucional, e a ANPUH passou a ter um representante permanente neste conselho. Da mesma forma nos debates sobre a regulamentação das terras de quilombo, disposição transitória da Constituição de 1988, que na época era monopolizada pela Associação Brasileira de Antropologia, ABA. A ANPUH estava inteiramente fora dessa discussão, dominada pelos antropólogos, e consegui que o debate aparecesse no jornal. Nunca mais os historiadores saíram da contenda e hoje eles lideram essa discussão. A UFF destacou-se nesse grupo de maneira relevante colocando o negro como protagonista orgulhoso da sua história, redescobrindo na própria malha urbana os circuitos e os sítios da historicidade destes grupos no cativeiro, que passou a ser não mais sinônimo da escravidão, mas também da resistência, o espaço onde as pessoas sobreviveram para continuar suas histórias. Enfim, a ANPUH passou a participar ao lado da ANPOCS e da ABA do circuito das instituições politizadas no cenário nacional.

O fortalecimento dos núcleos e a politização da ANPUH, além das transformações da própria disciplina, provocaram entre 1994 e 1995 um grande debate sobre o gigantismo da ANPUH, que no encontro de Belo Horizonte teve mais de 4 mil pessoas. Foi tudo muito difícil, pois a estrutura da época ainda comportava comunicações individuais. No entanto, o grande problema não era organizacional. A questão de fundo era o tipo de associação que deveria ser a ANPUH. De um lado, um grupo menor, mas de grande influência e até prestígio acadêmico, que considerava que a ANPUH, fundada em 1961, no interior de São Paulo, deveria ser uma associação nacional voltada para os professores universitários de História e com vistas à defesa da profissionalização da pesquisa. De outro, a posição que a diretoria da ANPUH tinha de reafirmar o compromisso com a categoria dos profissionais de História, pesquisadores ou professores dos diferentes níveis, o que deixei claro no discurso de abertura do referido encontro. A sigla ANPUH foi mantida, mas o nome da entidade passou a ser Associação Nacional de História. Entendíamos que aquele gigantismo não significava uma

perda de qualidade e fortalecia a instituição. A cada dois anos, a ANPUH realiza o Simpósio Nacional de História, momento privilegiado de socialização da produção universitária, pelas redes regionais, configurando-se no mais importante evento de nossa área, não só no Brasil, mas na América Latina. Somam-se os eventos estaduais e regionais realizados periodicamente pelas seções estaduais da ANPUH, hoje presente em todos os estados brasileiros. Não tenho dúvidas de que estávamos na direção acertada. Já tivemos encontros que ultrapassaram os 7 mil inscritos. A nova estrutura de STs e GTs faz da ANPUH grandes encontros acadêmicos.

FSS: Por fim, a senhora como historiadora que formou gerações de outros historiadores, como vê a produção historiografia hoje no Brasil?

ILM: Fico encantada quando relembro as profundas transformações da área que presenciei desde os meus tempos de aluna, às quais já me referi anteriormente. No presente, a facilidade gerada pelas novas tecnologias fermenta a produção de uma forma inédita. Tudo é muito instigante, e eu, particularmente, sinto-me muito atraída pelos trabalhos interdisciplinares de grande relevância contemporânea. No entanto, preocupa-me a falta de rigor no método. Assim, por exemplo, discutia no meu grupo que, estudando a imigração urbana, historiadores, assistentes sociais, pedagogos e cineastas, todos nós trabalharemos cada um com a metodologia própria de sua disciplina, mas todos teremos o mesmo enfoque teórico, senão não nos constituiremos numa equipe. Dessa maneira, a cidade tem que ser entendida por todos como um espaço socialmente construído e permanentemente ressignificado e não para uns um lugar ou para outros uma unidade político-administrativa. Enfim, não caberia nos limites dessa nossa conversa eu dizer tudo que me encanta e me preocupa no quadro da historiografia contemporânea. Não posso deixar de mencionar, no entanto, o maior enfrentamento que tenho com os meus alunos, que diz respeito à História Cultural, campo que estimula a criatividade, mas que, eventualmente, produz projetos equivocados. Insisto que mesmo a mais refinada análise sobre representações, por exemplo, não pode prescindir de um nexo com o contexto a que se refere, sob o risco de ser tomada como ficção.

Meu caro Fagno, estou exausta! Eu gosto muito de falar, porque sou uma pessoa apaixonada pelo que faço e estou em boa companhia; faço minhas as palavras de Lucien Febvre: "Amo a história. Se não amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra à satisfação das necessidades profundas – algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência.

Amo a história – e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo” (Febvre, 1989).

FSS: Professora Ismênia, foi um enorme prazer; é para mim uma honra imensurável, é um momento único na minha carreira, e, sobretudo, porque, nesses dias que temos convivido juntos, temos aprendido muito, vendo a grandeza da sua genialidade e generosidade. E, para além de uma grande pesquisadora, a senhora é também uma grande professora, altamente compromissada com seu lado professoral; sua paixão por seus alunos, sua relação com o ensino é verdadeiramente encantadora. Essa dicotomia entre ser professor e ser pesquisador, isso não aparece na senhora; consegue estabelecer uma larga ponte e trabalhar as duas coisas de uma maneira muito fluida e natural. E não é só isso: atrás da grande Ismênia pesquisadora e historiadora, tem a Ismênia mãe e um ser humano fantástico, isso é o que é mais enaltecedor, e estamos todos muito felizes. Fomos tomados por seu amor à história e à vida. Obrigado.

Referências

- FEBVRE, L. 1989. *Combates pela história*. Lisboa, Editorial Presença, 267 p.
- FURTADO, C. 1980. *Formação Econômica do Brasil*. 17ª ed., São Paulo, Nacional, 256 p.
- HARNECKER, M. 1973. *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. Madrid, Siglo XXI Editores, 341 p.
- HOLANDA, S.B. de. 1995. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo, Companhia das Letras.
- HOLANDA, S.B. de. 1994a. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 301 p.
- HOLANDA, S.B. de. 1994b. *Visão do Paraíso*. 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 305 p.
- LACOSTE, Y. 1988. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 240 p.
- PRADO Jr., C. 1948. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 364 p.

Submetido: 30/06/2016

Aceito: 10/08/2016